

ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO SIOPS (CT/SIOPS).

Às 9h25 do dia 01 de outubro de 2013, na sala 479 (sala de reunião do DESID), localizada no Edifício Anexo do Ministério da Saúde, Ala B, 4º andar, reuniram-se os membros da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – CT/SIOPS (lista de presença anexa), sob a coordenação da Sra. Fabiola Sulpino Vieira, Coordenadora-Geral de Economia da Saúde do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (CGES/DESID/SE/MS).

Procedeu-se a entrega do material de apoio aos presentes, composto de: a) Pauta da 76ª Reunião da CT/SIOPS; b) Cópia da minuta da Ata da 75ª Reunião da CT/SIOPS; c) Quadro situacional de entrega dos anos de 2000 a 2012 e 1º Bimestre 2013, referente à alimentação do SIOPS pelos estados, Distrito Federal e municípios; d) Portaria nº 465 MF/STN de 19/08/2013 que altera o RREO; e, e) Nota Técnica nº 726/2013/COINT/SURIN/STN/MF de 05/09/2013 que dispõe sobre as alterações necessárias à interoperação SIOPS – CAUC.

Com a palavra, a Coordenadora da CT/SIOPS, Sra. Fabiola Vieira, informou aos presentes acerca do afastamento da Diretora do DESID, motivado por questões de saúde, e da ausência da Sra. Luciene Lira, técnica especializada que coordena a equipe responsável pelo SIOPS, que se deu por questões de ordem pessoal. Na sequência, colocou em discussão e aprovação a Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS, ocorrida em 06/08/13, previamente enviada aos membros da CT/SIOPS para análise e sugestões. Ato contínuo, a Ata foi aprovada em todos os seus termos.

Ponto de Pauta: Situação do Módulo de Monitoramento das Transferências Constitucionais Condicionadas e Suspensas no SIOPS (MMTC/SIOPS)

A Coordenadora da CT/SIOPS solicitou que o Sr. Paulo Malheiro, técnico da equipe do SIOPS, apresentasse as considerações sobre a situação atual da operacionalização do módulo. Com a palavra, o técnico expôs os avanços obtidos no desenvolvimento do módulo e explicou a dificuldade de implementar no sistema uma rotina capaz de demonstrar a aplicação do montante de recursos que foi objeto de condicionamento de Transferências Constitucionais (TC) no prazo de 12 (doze) meses após o primeiro condicionamento. Uma possibilidade aventada foi o caso da homologação das informações ocorrerem no segundo semestre e importarem na não aplicação do mínimo anual, momento em que o ente seria condicionado e passará a ter mais 12 meses de prazo para comprovar, por meio dos formulários de entrada de dados de despesas do SIOPS (bimestrais), que os recursos foram aplicados em ASPS.

Foi solicitado a Sra. Carla Tardivo, assessora jurídica do DESID, que informasse aos membros da CT sobre o andamento das discussões acerca do processo de monitoramento que o SIOPS deverá ser capaz de fazer, quando da ocorrência da aplicação da medida preliminar de condicionamento das TC à conta vinculada do fundo de saúde em razão da não aplicação do percentual mínimo de recursos em ASPS. Foi dito que o Departamento elaborou uma nota técnica expondo as necessidades internas do sistema para dar aplicabilidade ao Decreto nº 7.827, de 2012, e a relação estabelecida com o BB. Foi informada a ocorrência de uma audiência entre a Secretária-Executiva e representantes da Diretoria do BB de forma a superar as dificuldades enfrentadas pelo Departamento na negociação técnica com o banco.

Na sequência, foi informado que o Banco do Brasil (agente financeiro da União) desenvolverá a WebService, que deverá ocorrer até o final de 2014, mas que ainda há pendências a serem

superadas em relação à questão da identificação dos depósitos realizados na conta específica criada para o condicionamento de TC pela União.

Ainda em relação à NT, foi dito que seu teor abordou a questão que envolve os 12 meses para a comprovação da aplicação dos recursos, nos moldes já informados, e a possibilidade de se buscar a vinculação ao exercício financeiro, uma vez que a base de informações do SIOPS está fundada no orçamento e diante do Princípio da Anualidade, norteador da contabilidade. Na NT também foi explicada a situação da entrada de informações no MCE e o uso destas informações para fins de condicionamento das transferências constitucionais dentro do anual. Referida nota foi enviada para conhecimento da SE/MS e posterior envio à CONJUR/MS, juntamente com uma minuta de Portaria Interministerial do MS e MF, onde detalha os dados a serem repassados ao Banco do Brasil nos seus controles e interação com o SIOPS.

A Coordenadora informou também que, permanecendo os entraves até então postos pelo BB, há possibilidades de a equipe não conseguir finalizar o desenvolvimento do sistema de forma a concluir o MMTC até janeiro de 2014. O assunto foi debatido pelos participantes: Carla Tardivo, assessoria jurídica do DESID, Elói Oliveira, consultor técnico do DESID, Peterson Pereira, representante do MPU, Prof. Elias Jorge, consultor do DESID e pela coordenadora da CT/SIOPS.

Ponto de Pauta: Interoperação entre SIOPS e CAUC - Com a palavra, a Coordenadora informou que a Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional (COINT/STN) elaborou uma nota técnica sobre a interoperação entre o CAUC e o SIOPS e submeteu à apreciação do DESID, de forma a construir entendimento único quanto às necessidades de alteração na interoperação até então existente. Que em síntese, por meio da nota a STN propôs que as informações repassadas ao CAUC, via WebService, pudessem ficar restritas à indicação de cumprimento do mínimo ou não, identificadas com “s” de sim ou “n” de não, além da necessidade de se alterar a data de validade da informação que hoje segue o estabelecido para prestação de contas anuais (30 de abril, para municípios, e 31 de maio para estados).

Ainda com a palavra, a Coordenadora informou que foi elaborada NT em resposta às proposições da COINT/STN na qual o Departamento se posicionou contrário a ideia de certificar cumprimento de mínimo por meio das informações homologadas pelo gestor do SUS no SIOPS, mesmo porque não há previsão legal para isso. Além disso, aproveitou-se a oportunidade para propor outras alterações no conteúdo das informações necessárias à interoperação dos dois sistemas, de forma a atender as disposições da LC nº 141, de 2012 e do Decreto nº 7.827, de 2012, que não foram aventadas na NT da STN, tais como: se o ente foi notificado automaticamente pelo SIOPS; se possui % mínimo de aplicação em ASPS superior ao da LC 141/2012 estabelecido na respectiva Constituição ou Lei Orgânica; e se não houve a aplicação do montante que deixou de ser aplicado, que foi objeto de condicionamento, em atendimento ao art. 11, II do Decreto.

Ponto de Pauta: Alteração do Anexo XII do RREO pela Portaria nº 465 de 19/08/2013 da STN/MF – Com a palavra, a Sra. Edna Coelho, técnica da equipe do SIOPS, deu informe de que a referência da “Despesa Empenhada” para o cálculo do percentual mínimo em saúde em todos os bimestres não foi totalmente aplicada, ficando definido para os estados que no 6º Bimestre o cálculo será efetuado com a “Despesa Empenhada”, e nos demais bimestres com a “Despesa Liquidada”, e exclusivamente para o 1º bimestre de 2013, para os municípios, permanece o cálculo com a Despesa Empenhada, pois haviam municípios com dados transmitidos e homologados. Assim, para o cálculo da aplicação, será considerado o valor “empenhado”, para o SIOPS/1º Bimestre, e o valor liquidado para os demais.

Ponto de Pauta: Apresentação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONF pela representante da STN/MF – foi dada a palavra à representante da STN, Sra. Claudia Magalhães, que informou a situação atual do desenvolvimento do SICONFI, cujo objetivo é substituir e aprimorar o atual SISTN, e a possível interação com o SIOPS, que será baseada no RREO. Esclareceu que o SICONF visa uniformizar e padronizar a entrada das informações e dados no sistema, resultando na matriz de informações contábeis na linguagem XBRL que deverá ser uniforme para todos os usuários. Pretende-se que o SICONFI seja um sistema de consulta, de todos os órgãos da administração pública federal, com transparência e visibilidade. Informou que o novo Plano de Contas já está sendo implantado em alguns estados e municípios pensando no SICONFI.

Os participantes Prof. Elias Jorge, consultor do DESID, Kleber Medeiros e Edna Coelho, equipe SIOPS, Elói Oliveira, consultor DESID e a coordenadora da CT/SIOPS debateram o assunto com a expoente do SICONFI/STN. Ao final, restou como encaminhamento a necessidade dos técnicos que apoiam o desenvolvimento do SIOPS analisarem o novo Plano de Contas e o SICONFI de forma a pensar como se dará o processo de interação com o SIOPS, que deve ocorrer em 2015.

Ponto de Pauta: Situação de entrega da União, dos estados e municípios – Por solicitação da Coordenadora, o Sr. Kleber Medeiros, deu informe sobre os dados da União, estando os dados relativos ao 1º bimestre em fase final de testes e os do 2º bimestre em processo de análise, devendo ser homologados em breve.

Na sequência, a Coordenadora falou do volume de entes classificados como Sem Balanço “SB” em 2012, diante da impossibilidade material de transmissão das informações ao SIOPS pelos gestores atuais. Foi informado que a classificação dos entes como Sem Balanço “SB” não terá continuidade em 2014.

O Prof. Elias Jorge, ao fazer uso da palavra, fez uma breve análise das pendências dos municípios de 2001 a 2011 e os totais acumulados, indicando preocupação sobre os 404 municípios pendentes ainda de 2012. Citado que somente o Estado de Roraima já transmitiu o SIOPS do 1º bimestre 2013.

Posteriormente, foi informado que apenas 30% dos entes haviam concluído o processo de certificação digital, fator que tem contribuído para não alimentação do SIOPS 2012. Outra preocupação externalizada foi a proximidade do término da vigência do contrato firmado pelo MS com as empresas certificadoras, que se encerra no próximo mês de dezembro, o que pode levar a mais atrasos no processo de certificação e na homologação dos dados bimestrais do SIOPS.

No caso do SIOPS Anual 2011 dos estados, a única pendência de alimentação é o Estado de Alagoas. Foi informado que a CGES/DESID tentou infrutiferamente junto às Secretarias da Fazenda e da Saúde daquele estado para que houvesse a transmissão e que, por último, foi formalizado junto a CONJUR/MS um questionamento sobre a fundamentação jurídica para que o estado possa suprimir da base de cálculo do percentual mínimo os recursos que compõem o Fundo de Erradicação da Pobreza.

A situação de Alagoas é preocupante, pois poderá culminar em 2014 com o bloqueio das transferências voluntárias e constitucionais.

Ao final, a Sra. Carla Tardivo apresentou considerações sobre a legislação e os casos diferenciados, exclusão de recursos da composição da base de cálculo ou inclusão de despesas realizadas com recursos do citado Fundo, pelos Estados da BA, AL e RJ, e o andamento das demandas na CONJUR/MS.

Os participantes Carla Tardivo, Peterson Pereira, representante do MPU, Prof. Elias Jorge, Andrea Barreto, representante do IPEA e a coordenadora da CT/SIOPS, discutiram o assunto. Como encaminhamento, ficou definido que a coordenadora da CT/SIOPS faria correspondência oficial ao CFC, ao MP/PFDC, ao CONASS e ao CONASEMS solicitando apoio ao processo de certificação digital.

Ponto de Pauta: Informes gerais

a) Andamento do Processo de Certificação Digital – O Sr. Thiago Tavares, que compõe o grupo técnico do SIOPS, apresentou o quantitativo de entes que finalizaram o processo de obtenção da certificação digital. Apenas 7 estados, menos do que 30%, e 1.704 municípios, em torno de 30%, haviam concluído todo o processo. Fator que repercutiu na alimentação do SIOPS do 1º bimestre de 2013. Esclareceu que há relatos de problemas técnicos e a grande maioria ainda sequer iniciou o processo.

Com a palavra, a Sra. Maria José do Nascimento informou que a equipe técnica tem se utilizado de vários meios para fomentar o processo de certificação digital. Buscou-se o apoio dos Núcleos Estaduais de Apoio ao SIOPS, via mala direta, foram feitas ligações telefônicas buscando aumentar o número de municípios com processo de certificação digital concluído. A coordenadora informou, também, ter buscado apoio junto ao CONASEMS, COSEMS, e CONASS, e a outras entidades, visando apoio e recomendação para a realização do processo de certificação digital.

b) Sistema Bimestral – Com a palavra, o Sr. Kleber Medeiros informou que os sistemas do 1º, 2º e do 3º bimestres de estados e de municípios estavam disponíveis para transmissão e homologação, e que o 4º bimestre estava em análise, testagem e ajustes para ser disponibilizado.

c) Reforma Tributária e Beneficiômetro; Proposta de 10% da receita corrente bruta para a Saúde e dos 10% do PIB para a Educação; Constituição de Grupo de Trabalho para debater os temas - O Prof. Elias Jorge fez um relato sobre a situação atual da reforma tributária no Congresso Nacional, informando que continua na ordem do dia, mas que possivelmente até o final do mandato não haverá reforma, pois está ocorrendo “renúncias fiscais” a margem da reforma em si. Disse que o objetivo central da reforma seria criar a DRU permanente, e as demais medidas eram administradas por Portarias, Decretos, Leis Ordinárias e outros mecanismos, visando acabar com a vinculação da Seguridade Social. Atualmente ocorreu a criação do PROS – Partido da Ordem Social, como um novo partido em defesa da redução da carga tributária e não de apoio a seguridade social. A DRU ao longo de sua existência já drenou mais de 500 bilhões da seguridade social. Assim a situação da Reforma Tributária vai entrar em ebulição quando estiver próxima a data do final da vigência da DRU. A importância do desenvolvimento do beneficiômetro reside, não só na indicação dos recursos financeiros, mas quantas são as pessoas beneficiadas e sua distribuição geográfica, sendo assim mapeados os benefícios e a distributividade das pessoas que os recebem, indicando também as características e relações nos cruzamentos das receitas e entre os diferentes beneficiômetros da saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social. Deverá ser feito um produto com o cruzamento de dados do SIOPS e do SIOPE. Em relação a proposta de recursos para a saúde equivalente a 10% da receita corrente bruta, há informação que o governo está inclinado a aceitar um percentual da receita corrente

líquida, e há muita discussão e muitas controvérsias, nos diversos projetos de lei em andamento, com a indicação da introdução de percentual para União, dos recursos do orçamento impositivo, do percentual dos royalties do pré-sal, e de outras situações de emendas parlamentares. No caso do percentual da receita corrente líquida deveria ser em 20% para ser semelhante aos 10% da receita corrente bruta. Ele entende que o valor de 10% de aporte para a saúde melhora a situação do financiamento, mas é insuficiente e não resolve a situação de necessidade de recursos para a saúde. O assunto foi debatido pelos participantes: Viviane Rocha, representante do CONASS, Peterson Pereira, Sérgio Piola, representante da ABRES, Prof. Elias Jorge e pela coordenadora da CT/SIOPS, Fabíola Vieira.

Encerramento.

A coordenadora deu por encerrada a 76ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS às 11h55, agradecendo a presença de todos e confirmando a realização da 77ª Reunião Ordinária, prevista para ocorrer no dia 03 de dezembro/2013, às 9h, na sala de reuniões do DESID.